

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 434.519 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
RECTE.(S) : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E OUTRO(A/S)**
ADV.(A/S) : **PGE-RS - KARINA DA SILVA BRUM E OUTRO(A/S)**
RECDO.(A/S) : **MAUREN DO REGO BARROS FERREIRA E OUTRO(A/S)**
ADV.(A/S) : **IVO GABRIEL DA CUNHA E OUTRO(A/S)**

DECISÃO

APOSENTADORIA – CARGO DE CONFIANÇA – SERVIDOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande de Sul deferiu a ordem, ante os seguintes fundamentos (folha 193):

MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES DE IMPROPRIEDADE DA VIA MANDAMENTAL, DE CARÊNCIA DE AÇÃO. COMPETÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.

Não prosperam as preliminares de impropriedade da via mandamental, uma vez que devidamente comprovada a existência de direito líquido e certo dos impetrantes, bem como de carência de ação, por ausência de pressupostos e condições, especialmente no que diz com a possibilidade e ao objeto. Também não há que se falar em se mostrar inadequada a via do mandado de segurança por não se tratar de norma geral e abstrata. Tendo o MS sido ajuizado contra ato proferido por autoridade estadual, competente para seu julgamento o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado.

No mérito, sendo os impetrantes detentores de cargos em comissão dese antes da Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, ocasião em que era efetuado o desconto

previdenciário junto ao IPERGS, somente após a EC passando a ser feito o recolhimento junto ao INSS, há de ser concedida a segurança, pois claro seu direito líquido e certo quanto à permanência no regime anterior. Segurança concedida.

Nos extraordinários de folhas 259 a 278 e 279 a 301, interpostos com alegada base na alínea “a” do permissivo constitucional, os recorrentes arguem violação ao artigo 40, § 13º, da Carta Federal. Sustentam a submissão dos ocupantes de cargos exclusivamente em comissão ao Regime Geral da Previdência Social, ainda que o ingresso tenha ocorrido em data anterior ao advento da Emenda Constitucional nº 20/1998. Postulam o provimento do recurso para reformar-se o acórdão impugnado.

O recorrido, nas contrarrazões de folha 308 a 318, aponta o acerto do pronunciamento. Evoca o Verbete nº 283 da Súmula do Supremo, para ressaltar a inadmissibilidade dos extraordinários. Diz da impossibilidade de aplicação retroativa do aludido preceito, ante a proteção constitucional do direito adquirido.

O procedimento atinente ao juízo primeiro de admissibilidade encontra-se à folha 325 à 328.

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do extraordinário (folha 335 a 338).

2. Na interposição deste recurso, atendeu-se aos pressupostos gerais de recorribilidade. As peças, subscritas por procuradores do Estado, foram protocoladas no prazo dobrado a que têm jus os recorrentes.

No mais, atendem para as balizas normativas do caso. Tem-se situação jurídica regida pelo artigo 40 da Carta da República, na redação anterior à Emenda Constitucional nº 20/1998. Preceituava o artigo 40, § 2º, que a lei disporia sobre a aposentadoria em cargos ou empregos

temporários. Essa regra veio a ser substituída pela nova redação do artigo 40 dada pela mencionada Emenda, estabelecendo o § 13 que ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público aplica-se o regime geral de previdência social. A Emenda Constitucional nº 41 não introduziu modificação no dispositivo. Pois bem, observado o texto primitivo da Carta, há de se considerar o que fixado na legislação, de modo a inviabilizar o processamento dos extraordinários.

3. Ante o quadro, nego-lhes seguimento.

4. Publiquem.

Brasília, 7 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO

Relator